



## **REGULAMENTO DE AÇÃO SOCIAL**

### ***REAL ACADEMIA DE PORTUGAL, S.A.***

Real Academia de Portugal, SA., entidade titular do RCP - Real Colégio de Portugal.

#### **Artigo 1º**

##### **Objetivos**

O presente Regulamento tem como objetivo definir as regras de concessão de benefícios educacionais aos estudantes inscritos no estabelecimento de ensino, no ano letivo de 2015/2016.

#### **Artigo 2º**

##### **Benefícios Educacionais**

Por benefícios educacionais entende-se uma isenção ou redução nas mensalidades, variável, com a finalidade de apoiar:

- a) Os alunos, familiares dos trabalhadores do *Grupo Lusófona e do Grupo Ensinus*, no 1.º grau da linha reta (filhos/enteados) ou no 2.º grau na linha colateral (irmãos);
- b) Os familiares de alunos no 1.º grau da linha reta (irmãos);
- c) Os filhos/enteados dos Alunos do *Grupo Lusófona e do Grupo Ensinus*;
- d) Os filhos/enteados de Antigos Alunos *Grupo Lusófona e do Grupo Ensinus*;

#### **Artigo 3º**

##### **Mensalidade**

- 1. Mensalidade é o valor pago pelo estudante num ano letivo, de uma só vez ou em prestações, pela sua frequência no estabelecimento de ensino;
- 2. Não são consideradas mensalidades os valores pagos durante o ano letivo, destinados a outros fins, nomeadamente, devidos por:
  - a) Matrícula;
  - b) Seguro Escolar;
  - b) Alimentação;
  - c) Transporte;
  - d) Atividades Extracurriculares;
  - e) Programas de Férias: Natal, Páscoa e Verão;



- f) Prolongamento;
- g) Uniforme;
- h) Sala de Estudo;
- i) Escola Virtual

#### **Artigo 4º**

##### **Condições para Requerer a Atribuição de Benefícios Educacionais**

Pode requerer a atribuição de benefícios educacionais o estudante que reúna, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Estar matriculado no Colégio de Alfragide;
- b) Não apresentar qualquer dívida ao estabelecimento de ensino;
- c) Ter aproveitamento escolar nos termos do artº 5º do presente Regulamento.

#### **Artigo 5º**

##### **Aproveitamento Escolar**

Considera-se que obteve aproveitamento escolar, para efeitos do presente Regulamento, o estudante que cumpra os requisitos estabelecidos na Lei e no Regulamento em vigor no respetivo estabelecimento de ensino.

#### **Artigo 6º**

##### **Requerimento**

- 1. O pedido para usufruir de um benefício educacional é requerido através de impresso próprio, a entregar nos Serviços de Administração Escolar do estabelecimento de ensino, cujo modelo se encontra anexo ao presente Regulamento.
- 2. O gozo dos benefícios educacionais é renovável, desde que requerido anualmente, no ato da matrícula, conforme Artº 7º do presente Regulamento.
- 3. O requerente deverá juntar ao pedido os respetivos documentos justificativos.

#### **Artigo 7º**

##### **Prazos de Requerimento**

O prazo para efetuar o requerimento será de **7 (sete) dias úteis após a matrícula no ano letivo**, sob pena de não poder ser considerado.

## Artigo 8º

### Atribuição de Benefícios Educacionais

A atribuição de benefícios educacionais incide sobre a mensalidade, nas seguintes percentagens:

|  |                |
|--|----------------|
| <b>1. Familiares de Alunos ( irmãos)</b>   |                |
| 1.º elemento   | Redução de 10% |
| 2.º elemento   | Redução de 15% |
| 3.º elemento   | Redução de 20% |
| <b>2. Familiares de Trabalhadores das entidades titulares do Grupo Lusófona e do Grupo Ensinus</b> | Redução de 50% |
| <b>3. Filha(o) / Enteada(o) de Alunos do Grupo Lusófona e do Grupo Ensinus</b>                     | Redução de 10% |
| <b>4. Filha(o) / Enteada(o) de Antigos Alunos do Grupo Lusófona e do Grupo Ensinus</b>             | Redução de 10% |
| <b>5. Casos Especiais</b>  | Variável       |

Em caso de sobreposição de reduções, as mesmas não são acumuláveis, aplicando-se nestes casos, a mais favorável ao aluno.

## Artigo 9º

### Preclusão de Acumulação de Benefícios

- Os alunos titulares de apoio nos termos do Contrato Simples e de Desenvolvimento estão proibidos por Lei de usufruir de qualquer outro tipo de apoio;
- Os benefícios concedidos nos termos do presente Regulamento ficam sempre precludidos em caso de fruição de benefícios concedidos por outra entidade, pública ou privada, diretamente ou através de protocolo celebrado com a Ensinus - Empreendimentos Pedagógicos, Lda.

## Artigo 10º

### Validade da aplicação do Regulamento de Ação Social

O presente Regulamento de Ação Social produzirá os seus efeitos após a data da sua assinatura considerando-se sucessivamente renovado por cada ano letivo, caso não seja revogado.

Feito e assinado, em Lisboa, ao dia 1 de julho de 2015.

Real Academia de Portugal, SA  
O Conselho de Administração

